

Adriana Fontes | Aline Cristina Laier
Ana Luiza da Costa Pessanha | Ángel Pascual Martínez
Bruno Gomes | Carlos Eduardo Frickmann Young
Colin Darch | Daniel Duque | Daniela Uziel
Danielle Carusi Machado | Elias de Oliveira Sampaio
Elione Guimarães | Fabio Sá Earp
Fernando Cardoso Cotelo | Fernando Gaudereto Lamas
François Vatin | George Kornis | Gregório Durlo Grista
João Felipe Cury M. Mathias | João Saboia
Laryssa Costa Silva | Lena Lavinias
Luiz Eduardo Simões de Souza | Luiz Fernando de Paula
Luiz Fernando Saraiva | Maria Oaquim
Nuno de Fragoso Vidal | Paulo Saraiva
Reinaldo Gonçalves | Rodrigo Zeidan | Teófilo de Paula
Teresa Cristina de Novaes Marques
Thiago Alvarenga de Oliveira | Valéria Lúcia Peres
Vinícius Rodrigues Peçanha



Igual-Desigual

João Felipe Cury M. Mathias
Luiz Fernando Saraiva (orgs.)



Igual- DesIgual

HISTÓRIA E ECONOMIA DAS DESIGUALDADES
ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA

João Felipe Cury M. Mathias | Luiz Fernando Saraiva
organizadores

PRÉFÁCIO DE PEDRO FERNANDO NERY

HUCITEC EDITORA

© Direitos autorais, 2020,
da organização de João Felipe Cury M. Mathias
& Luiz Fernando Saraiva
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7776)
www.huciteceditora.com.br
www.lojahucitec.com.br
comercial@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial
MARIANA NADA

Produção editorial
KÁTIA REIS

Assessoria editorial
MARIANA TERRA

Preparação de texto e revisão
BIA BARROS

Circulação
ELVIO TEZZA

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

I27

Igual-desigual : história e economia das desigualdades antes, durante
e após a pandemia / organização João Felipe Cury Marinho Mathias,
Luiz Fernando Saraiva. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2020.
415 p. ; 21 cm.

Inclui índice
ISBN 978-65-86039-66-5

1. Disparidades econômicas regionais - História. 2. História
econômica. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 4. Epi-
demias - Aspectos sociais. 5. COVID-19 (Doenças). 6. Infecção por
coronavírus. I. Mathias, João Felipe Cury Marinho. II. Saraiva, Luiz
Fernando.

20-68391

CDD: 330.9
CDU: 330.34

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

Sumário

- 13** **Prefácio, Motuni, Pedro Fernando Nery**
- 19** **Apresentação, João Felipe Cury M. Mathias e Luiz Fernando Saraiva**
- PARTE I – DAS ORIGENS DA DESIGUALDADE E DOS MALES QUE DAÍ VEM**
- 33** **Capítulo 1**
DANIEL DUQUE
Desigualdades de oportunidades educacionais e mobilidade social: uma reflexão sobre o Brasil recente
- 57** **Capítulo 2**
FRANÇOIS VATIN
A desigualdade na igualdade: a instituição salarial
- 63** **Capítulo 3**
THIAGO ALVARENGA
Desigualdade econômica na cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do Império do Brasil

- 75 **Capítulo 4**
JOÃO SABOIA
A pandemia mudou o mercado de trabalho no Brasil?
- 82 **Capítulo 5**
VINÍCIUS RODRIGUES PEÇANHA
Origens históricas da desigualdade e futuro pós-Covid
- 91 **Capítulo 6**
VALÉRIA PERO, DANIELLE CARUSI & ADRIANA FONTES
Renda do trabalho e desigualdade na pandemia de Covid-19
- 103 **Capítulo 7**
ELIONE SILVA GUIMARÃES, LUIZ FERNANDO SARAIVA & PAULO SARAIVA
Desigual entre os desiguais. Apontamentos para uma história das desigualdades raciais no Brasil: Juiz de Fora na década de 1870

PARTE II – DAS DESIGUALDADES EM SUAS VÁRIAS GEOGRAFIAS

- 137 **Capítulo 8**
COLIN DARCH
As raízes históricas de desigualdade contemporânea na África do Sul: o legado de *apartheid*
- 147 **Capítulo 9**
RODRIGO ZEIDAN
Desigualdade de renda e desenho das sociedades do Leste Asiático
- 159 **Capítulo 10**
NUNO DE FRAGOSO VIDAL
Das desigualdades em África

- 172 **Capítulo 11**
ÁNGEL PASCUAL MARTÍNEZ SOTO
De la pobreza, la desigualdad y la pandemia en España
- 188 **Capítulo 12**
LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA & LARYSSA COSTA E SILVA
Distribuição de renda na Argentina, 1935-2015: métodos e resultados
- 203 **Capítulo 13**
REINALDO GONÇALVES
Inclusão social na América Latina: a esquerda tem melhor desempenho que a direita?
- PARTE III – DA DESIGUALDADE POR GÊNERO, RAÇA E A SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

- 215 **Capítulo 14**
TERESA CRISTINA DE NOVAES MARQUES
Uma outra economia política da desigualdade
- 224 **Capítulo 15**
ELIAS DE OLIVEIRA SAMPAIO
O velho novo normal e as desigualdades raciais categóricas e duradouras
- 243 **Capítulo 16**
FERNANDO CARDOSO COTELO
Livres e Enclausurados: duas maneiras de levar a pior em tempos de Covid-19
- 255 **Capítulo 17**
CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG
Exclusão ambiental e desigualdade no Brasil

- USA, O. & NØRLEM HERMANSEN, M. Income redistribution through taxes and transfers across OECD countries, n.º 729. LIS Working Paper Series, 2019.
- FUJIWARA, T.; ISUMI, A. & OCHI, M. Pathway of the association between child poverty and low self-esteem: results from a population-based study of adolescents in Japan. *Frontiers in Psychology*, 10, 937, 2019.
- GLOBAL PROPERTY GUIDE. <<https://www.globalpropertyguide.com/Asia/Taiwan/Inheritance#:~:text=Estate%20tax%20is%20levied%20at,market%20value%20of%20the%20property.&text=Deductions%201%2D7%20do%20not,he%20is%20a%20Taiwanese%20citizen>>. 2020. Acesso em 3 ago. 2020.
- JONES, R. S. Income Inequality, Poverty and Social Spending in Japan, OECD Economics Department Working Papers, n.º 556, OECD Publishing, 2007.
- TACHIBANAKI, T. Inequality and poverty in Japan. *The Japanese Economic Review*, vol. 57, n.º 1, pp. 1-27, 2006.

Capítulo 10

NUNO DE FRAGOSO VIDAL

Das desigualdades em África

Na discussão simples — porque necessariamente reduzida ao espaço disponível — de um tema tão complexo e profundo como “as causas das desigualdades socioeconômicas em África” considerando, sobretudo, a África sub-sahariana e exceptuando a África do Sul pelo seu peculiar percurso, podemos desde logo perceber dois grandes eixos de discussão interligados que têm condicionado as perspectivas dominantes: por um lado, a questão ético-moral da responsabilidade histórica e, por outro lado, a questão político-ideológica do modelo de solução para o problema.

A discussão sobre a responsabilidade pelas desigualdades, dentro do continente e entre o continente Africano e os demais, não levantou grandes dissensos aquando das independências. Até meados da década de 1970, essa responsabilidade era atribuída de forma simples à longa história de exploração colonial — compreendendo-se aí também o período do comércio e tráfico de

escravos. A partir de meados da década de 1970 e durante a de 1980, a questão da responsabilidade colonial foi ligeiramente atenuada em função da crise da dívida e do fenómeno da corrupção, que vieram expor a má governação de vários regimes, contribuindo objetivamente para a pobreza e as desigualdades no continente.

De igual modo, durante as décadas de 1950, 1960 e até inícios de 1970, não existiam muitas divergências acerca da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento industrial visando o crescimento acelerado do PIB, posto que o desenvolvimento era essencialmente entendido como crescimento.

As divergências relacionavam-se com o modelo de gestão político-económica que seria mais eficiente e eficaz na prossecução do objectivo central de crescimento económico e transformação do quadro socioeconómico herdado do colonialismo. A discussão estava fortemente condicionada pelo contexto da “Guerra Fria”, dividida entre por um lado, o socialismo com planificação central e colectivização, e por outro, o modelo liberal de mercado, propriedade e iniciativa privadas.

Entre a bi-polaridade da “Guerra Fria” e dos dois grandes modelos apresentados de forma simplista (sendo que dentro dos chamados dois grandes blocos existiam vários matizes em termos de modelo político-económico), foram esboçadas terceiras vias, seja pelo movimento dos não alinhados (na sequência da Conferência de Bandung em 1955), seja pelas vias exploratórias de um Socialismo Africano mais ou menos pan-africanista, perseguido por líderes como Kwame Nkrumah, Sékou Touré ou Julius Nyerere.

É neste contexto que surgem as principais divergências entre líderes ou candidatos a líderes de Estados Africanos independentes, nas posições que ficaram resumidamente conhecidas como dos pragmático-nacionalistas-realistas do Grupo de Monróvia e dos Socialistas-federalistas (utópicos ou científicos) do Grupo de Casablanca; entre uma suposta Direita reformista-moderada e uma suposta Esquerda revolucionária-radical, na sua visão do rumo a seguir dentro dos seus países e nas relações internacionais.

O movimento dos não alinhados enfraqueceu, incapaz de se afirmar como alternativa, e esvaneceu, aproximando-se do

bloco do Leste por via da influência de Cuba e da Bulgária. O Socialismo Africano rapidamente se perdeu na sua incapacidade de se fundamentar histórico-ideologicamente e afirmar politicamente de forma autónoma, e os líderes africanos proponentes lentamente se renderam teoricamente ao socialismo científico Marxista-Leninista.

Os pragmático-nacionalistas-realistas, “Monroviaanos”, defensores da reforma gradual e da negociação moderada dentro do sistema internacional, apoiantes da consolidação nacional antes de projectos federalistas, da afirmação da soberania antes da integração, acabaram por vingar, constituindo-se gradualmente numa maioria e fazendo prevalecer a sua posição ao nível da própria Organização de Unidade Africana, criada em 1963. A OUA deixou clara a opção pelos princípios da intangibilidade das fronteiras, tal como deixadas pelo colonialismo, e da não ingerência nos assuntos internos dos Estados membros, assumindo um conceito clássico de soberania. Desse modo, a organização enveredou pelo pragmatismo-realista-nacionalista, deixando para o nível das possibilidades utópico-abstratas o projeto, ainda assim não descartado, de unidade federativa, a ser realizado num qualquer futuro mais ou menos longínquo.

Os projetos federativos tentados na África Ocidental rapidamente esvaneceram, seja pelas divergências e disputas internas de poder e liderança, com nenhuma vontade de cedência de soberania (algo que indispensável a qualquer projeto integrador-federativo), seja pelos problemas específicos e imediatos (sociais e económico-financeiros) que cada um dos países tinha para resolver internamente. A crise do Congo — tentativa de secessão do Katanga logo após a independência em 1960 — trouxe de imediato o forte receio da propagação de tais fenómenos a vários países do continente e reforçou a posição dos pragmático-nacionalistas.

Em contextos de tecidos sociais pouco integrados, em boa medida fruto das próprias características discriminatórias e sectárias da exploração colonial (com profundas assimetrias regionais e sociais dentro dos territórios explorados), onde a identidade nacional era frágil ou incipiente e onde prevaleciam fortes formas

identitárias de cariz sub ou infra-nacional com as suas respectivas solidariedades primárias, o esforço das perspectivas revolucionárias de reestruturação econômica, política e sócio-cultural seria dantesco, embora necessário e crucial.

Ainda que no processo de luta pelas independências se privilegiasse o reino político (independência política), não seria por decreto político que se alterariam as estruturas econômicas centradas na produção de bens primários ou de fraco valor acrescentado voltadas para a exportação, impondo-se em seu lugar modelos de substituição de importações e industrialização. De igual modo, não seria no curto prazo que se obteria o acesso massivo à educação nos diversos níveis, a reestruturação pedagógica e didática dos sistemas de ensino, ou a expansão massiva das redes de serviços de saúde, com o incremento da formação de quadros que isso implicava, ou a alteração dos modelos administrativos e de desenvolvimento endógenos, necessários a uma nova lógica organizacional e de desenvolvimento autocentrado, regionalmente articulado, em busca de complementaridades e redução de dependências externas.

Tais mudanças seriam efetivamente revolucionárias em relação às estruturas herdadas do colonialismo, requerendo, antes de mais nada, uma aliança política generalizada ao nível das elites dirigentes e das "massas", planejamento econômico, com forte investimento, rigor e austeridade nas contas públicas, articulação de políticas econômicas, financeiras e aduaneiras (aos níveis interno e regional) e tendo ainda que contar com muito boa vontade, negociação e cooperação com parceiros internacionais. Os resultados não seriam obviamente imediatos, mas de médio-longo prazo.

Contudo, tempo para apresentar resultados era o que nenhum dos líderes dos países independentes tinha. Uma vez terminado o colonialismo responsável por toda a exploração e consequentes dificuldades, a expectativa e pressão da esmagadora maioria das populações era por resultados imediatos de melhoria de condições de vida.

Se internacionalmente a pressão dos dois blocos era imensa, não deixando muita margem para terceiras vias ou neutralidades,

internamente a pressão não era menor. Independente da maior ou menor integridade ético-ideológica dos diferentes líderes, do maior ou menor empenho, da maior ou menor honestidade política, da maior ou menor competência — houve efetivamente de tudo —, o espaço de manobra das elites dirigentes era muito limitado nos dois casos. A articulação interna, primeiro, regional depois, e por fim internacional, eram indispensáveis, mas nenhuma delas encontrava um contexto favorável para a sua efetivação.

É neste panorama geral que se deve entender a crescente prevalência da (ou a cedência à) perspectiva pragmático-realista, tanto nos países que oficialmente seguiam modelos de matriz socialista, quanto nos modelos de suposta matriz liberal de mercado. Interpretações políticas de "Esquerda" e "Direita", ainda que feroz e exaustivamente debatidas e argumentadas pelos seus defensores em África e fora do continente, perderam sentido objetivo ou real no terreno, e os regimes que se consolidaram efetivamente aproximaram-se bastante em diversas características estruturais. Na sua maioria adotaram o monopartidarismo, seja na centralização administrativa, seja na concentração do poder político extremo (em todo-poderosos Presidentes), fortalecendo o autoritarismo repressivo e a intolerância política, seja ainda e, sobretudo, na lógica clientelar e patrimonial de gestão dos sistemas político-econômicos efetivamente existentes, para além e a coberto dos modelos oficialmente proclamados.

Em termos genéricos, num tal modelo e lógica de gestão político-econômica, o novo Estado passa a ser visto como uma máquina central possibilitadora de afetação de rendas e benesses, seja pela atribuição de cargos públicos, seja pela concessão de licenças de exploração de recursos, pelo acesso às receitas de exportação em divisas, pelas receitas provenientes de impostos (enquanto a produção o permitiu), pelos empréstimos bancários do Estado ou pela simples distribuição/oferta dos mais variados bens.

Assim, após a conquista do Estado por um determinado grupo ou aliança de grupos, a principal tarefa assume-se com a criação de um sistema distributivo para estes recursos, que permita ao grupo ou aliança liderante permanecer no poder, satisfa-

zendo e co-optando potenciais rivais. Constroem-se correntes de interdependência distributiva entre elites dirigentes e entre governantes e governados. Uma crescente porção de recursos do Estado (públicos) passam a ser apropriados e distribuídos para alimentar estas correntes de dependentes, criando uma legitimidade política distributiva rendeira (benefícios/rendimentos em troca de apoio político), em função do critério de solidariedades primárias para a distribuição.

Este tipo de legitimidade política distributiva, que deveria ligar o topo e as bases da estrutura piramidal, os centros e as periferias, as áreas rurais e urbanas, era profundamente anti-produtivo. Esperava-se rendimento e benesses em troca de apoio político e não como resultado do esforço produtivo resultante de dinâmicas de poupança-investimento, ou do mérito, algo que em pouco tempo teve um impacto fortemente negativo nos índices de produtividade e na produção como um todo. A médio-prazo, uma queda destes índices impactaria negativamente a capacidade distributiva e, conseqüentemente, a legitimidade política.

Independentemente do regime (civil ou militar) ou modelo político (capitalista ou socialista), a maioria dos sistemas rendidos a esta lógica têm em comum uma necessidade de concentrar o poder político e centralizar a administração em áreas estratégicas — aquelas que dão acesso às mais significativas fontes de recursos do Estado —, para subseqüentemente concentrarem e centralizarem a distribuição geral de benefícios e privilégios. Esta estratégia é crucial porque se o sistema político é fragmentado e administrativamente disperso, toda a organização patrimonial entra em colapso, uma vez que os privilégios e benefícios econômicos podem ser obtidos de forma autônoma, sem depender da distribuição hierárquica do topo. Aqui se explica a enorme dificuldade de fazer vingar projetos de efetiva descentralização e desconcentração, correndo-se enormes riscos de desagregação e de fenómenos de “Warlordism” — Senhores Locais da Guerra —, que se autonomizam do centro para assumirem os seus próprios projetos políticos e almejam a eventual conquista do centro do poder (Reno, 1998).

Não obstante, oficialmente e por questões de cumprimento das regras de reconhecimento e aceitação internacional, o modelo oficial continuava sendo assumidamente moderno legal-burocrático racional, de cariz socialista ou capitalista liberal. Tratava-se de uma espécie de invólucro moderno formal para uma lógica patrimonial substancial, dando origem ao que foi caracterizado, em várias matizes, por patrimonialismo moderno (Bayart, 1994; Médard, 1991; Chabal & Daloz, 1999).

Dentro de tal estratégia, o papel do partido no patrimonialismo moderno africano pós-independência é singularmente diferente do neopatrimonialismo partidário estudado em outros quadrantes (Sudeste Asiático ou Sul da Europa). O neo-patrimonialismo africano começou por ser partidário para se tornar posteriormente presidencial. Nos regimes neo-patrimoniais mais estáveis, o neopatrimonialismo é acima de tudo presidencial, depois burocrático e seguidamente partidário. O neo-patrimonialismo partidário significa que a maioria dos partidos era clientelista, no entanto, quando se deparou com recursos económicos decrescentes em função da crise da década de 1970 e 1980, as “massas” perderam uma boa parte da distribuição. O desequilíbrio manducatório ou predatório natural do neo-patrimonialismo, entre elites governantes e “massas” governadas, agravou-se. Conseqüentemente, o neo-patrimonialismo tornou-se acentuadamente elitista e com significativa perda de legitimidade política, sobretudo entre o crescente número de marginalizados pelo sistema distributivo (Vidal, 2003).

Apesar da contração da distribuição, certo nível mínimo de distribuição mantinha-se para a sobrevivência operacional — legitimidade política — do sistema, tal como ocorreu em Angola até aos dias de hoje, num processo facilitado pela existência de uma renda externa substancial e permanente proveniente do petróleo, que não dependia do esforço produtivo das “massas”. Nos casos em que isto não ocorreu e a distribuição minguou a níveis insustentáveis, o sistema entrou em desagregação e colapsou, caso do Zimbábue de Mugabe, ou do Zaire de Mobutu, factos que não implicaram ainda assim uma alteração da lógica neo-patrimonial

deses sistemas políticos, na medida em que um novo grupo liderante passou a operar o sistema dentro da mesma lógica, embora reassegurando um nível mínimo de distribuição. Tal foi o caso de Kabila-pai (Laurent Désiré Kabila, que assumiu depois de Mobutu), substituído por Kabila-filho (Joseph Kabila), posteriormente substituído por Félix Tshisekedi, sem que a lógica de gestão neo-patrimonial se tenha alterado, tendo-se apenas reorganizado e reestruturado em termos de beneficiários, recuperando um nível mínimo de legitimidade distributiva estável desde Kabila-pai até Félix Tshisekedi, tendo sido Kabila-filho o principal obreiro da reorganização e restauração de um mínimo operacional distributivo do sistema neo-patrimonial depois da morte de seu pai.

Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a desagregação do bloco de Leste e a chamada terceira onda de democratização (Huntington, 1996), muitos destes sistemas são ameaçados pela imposição de novas regras político-econômicas de proteção de direitos, liberdades e garantias fundamentais, incluindo liberdade de pensamento, expressão e de associação, prestação de contas da governação, transparência na gestão das contas públicas e eleições multipartidárias regulares. Muitas destas regras ganhando força por fazerem parte do chamado condicionalismo da ajuda externa.

Passa-se, então, por um período de readaptação e reestruturação do neo-patrimonialismo ao novo padrão de comportamento político internacional dominante. Não obstante, os resultados ficaram aquém das expectativas. Vários destes sistemas mostraram-se extremamente resilientes. Na maioria dos casos, os partidos no poder foram capazes de se manter no poder, condicionando os processos eleitorais a seu favor, seja pelo controle da administração, logística e recursos do Estado, seja pelo controle da mídia, do executivo, do legislativo e do judiciário, e do próprio setor privado emergente (Zakaria, 1996; Norris, 2017; 2017a).

O novo setor privado foi, na maioria das vezes, resultado de processos de privatização impostos no contexto do condicionalismo externo e de redução da máquina estatal, mas feito de forma abusiva, a favor da mesma elite dirigente de antes, agora transformada em empresarial. Tal foi o caso, por exemplo, de Angola

e Moçambique, com os mesmos partidos no poder desde a independência e conseguindo consecutivas maiorias qualificadas de dois terços dos votos que permitiram continuar a legislar em favor da manutenção do *status quo*, dominando e mantendo sob dependência político-partidária o setor público e privado da economia.

A chegada de um novo ator ao continente em inícios de 2000 — a China —, vai melhorar substancialmente as perspectivas de resistência destes sistemas. As novas relações com a China, estrategicamente enquadradas por este país — *Road and Belt Initiative* —, permitiram o acesso a uma importante e nova fonte de financiamento, livre de todos os condicionalismos impostos pelas instituições Ocidentais em áreas como transparência governativa, respeito pelos Direitos Humanos e contenção de formas mais autoritárias e repressivas de lidar com a sociedade civil e a oposição.

De igual modo, a forte globalização — fracamente regulada — dos mercados financeiros, sobretudo a partir da década de 2000, abriu um novo rol de oportunidades de renovação de métodos de financiamento (endividamento pouco escrutinado) e branqueamento de recursos públicos indevidamente apropriados pelas elites dirigentes, no seio de novas alianças comerciais e financeiras internacionais.

Assim, de Oriente a Ocidente, abriram-se novas possibilidades de resistência para estes sistemas, combinando transações internacionais e nacionais, agentes estatais e privados (Africanos e estrangeiros) numa rede que se complexificou, tornando-se mais fácil a apropriação e diluição (branqueamento) de fundos públicos por atores privados nacionais e seus aliados externos, a coberto da legitimidade de estruturas estatais. São exemplos destas novas dinâmicas os escândalos financeiros desta última década, de proporções e complexidade financeira inéditas, seja na Nigéria, Angola ou Moçambique, para mencionar apenas os casos de maior relevo mediático internacional. O caso da dívida pública externa oculta Moçambicana, descoberta em 2016, ou os inúmeros e recentes escândalos internacionais relacionados à família e colaboradores próximos do ex-presidente Angolano Eduardo dos Santos, na ordem das muitas dezenas de bilhões de dólares, são

por demais evidentes da nova dimensão — internacional — de resiliência, reforço e sofisticação dos sistemas patrimoniais modernos (Vidal, 2018).

Em alternativa à perspectiva aqui apresentada, algumas abordagens teórico-analíticas pretenderam enquadrar estas evoluções nos sistemas político-econômicos africanos depois das chamadas transições da década de 1990, como respostas locais de adaptação ao capitalismo mundial ou variedades de capitalismo, ou ainda variedades de democracia liberal em África (Pitcher, 2017). No entanto, tais abordagens parecem mais uma réplica das antigas discussões ideológicas das décadas de 1950, 1960 e 1970, que tomavam como genuínos — embora com as suas especificidades locais-regionais — os regimes Africanos então autodeclarados Socialistas ou Capitalistas, mas que, no final da década de 1980, revelaram em todo o esplendor as suas lógicas de raiz marcadamente neopatrimonial.

Nas suas imensas variáveis resultantes de consideráveis diferenças históricas, estruturais e institucionais, no tempo e no espaço, o patrimonialismo moderno apresenta-se com uma matriz semelhante ou uma lógica de base, conforme aqui exposta, tendo sido capaz de sobreviver, modernizando-se e adaptando-se aos diferentes contextos internacionais, desde a “Guerra-Fria” aos dias de hoje, passando pelas chamadas transições da década de 1990 até a atual globalização financeira, mostrando uma resiliência e adaptabilidade assaz impressionantes. Tem sido capaz de continuar a assegurar o seu principal objetivo — a manutenção do poder por parte das elites dirigentes e sua reprodução por via do controlo do Estado, apropriação privada de recursos públicos, gestão distributiva limitada e manutenção do *status quo* a médio-longo prazo.

Não obstante, os problemas estruturais profundos e sérios herdados do colonialismo permanecem, as elites dirigentes ocuparam o comando de um aparelho estadual-administrativo que, regra geral, não alteraram de forma significativa e que havia sido originalmente criado para apoiar um determinado tipo de governação, de exploração extractivista primária, extrovertida, elitis-

ta-discriminatória. De igual modo, encaixaram-se num sistema internacional de trocas, onde a posição anteriormente ocupada — exploração de matérias primas, termos de troca desfavoráveis para extração de valor, com conseqüente marginalização, discriminação e empobrecimento — também não se modificou substancialmente. Deste modo, o neo-patrimonialismo, não deixa também de incorporar uma postura das elites governantes que apresenta um cariz endo-neo-colonial, renovando anteriores posturas práticas e mesmo parte da mentalidade de cariz colonial, de um certo desdém e complexo de superioridade para com as massas empobrecidas.

O suposto reformismo gradual, interno e externo, da perspectiva Monrovia dominante, resultou em conformismo, oportunismo, adaptação e acomodação de carácter permanente, a nível interno e externo, com gestão da conjuntura, apropriação privada dos bens e recursos públicos e fraca consciência pública ou cidadã.

Tal como no período colonial, continuou a ser a detenção do aparelho de Estado a dar acesso aos privilégios económico-sociais para uma minoria à custa do empobrecimento de uma maioria. O cenário de exclusão, marginalização e empobrecimento estrutural da maioria das populações africanas mantém-se, ainda que em moldes diferentes, que se foram adaptando às diversas alterações da conjuntura internacional.

A profunda reestruturação dos sistemas político-econômicos — necessariamente revolucionária — é hoje tanto ou mais urgente que por altura das independências, continuando a implicar a necessidade de uma articulação aos três níveis: nacional, que favoreça uma consciência pública, comunitária, solidária, cidadã, de persecução do bem público, de institucionalização e diferenciação entre domínios público e privado; regional, de integração política e económica (eventualmente pan-africanista) que favoreça o desenvolvimento auto-centrado, complementar e diversificador das economias do continente, com redução das assimetrias regionais e das profundas e estruturais desigualdades sociais; internacional, de redução das dependências externas e com uma maior capacidade negocial e reivindicativa junto da comunidade internacional

enquanto grupo, com vista à proteção da integração econômica nacional e regional, melhoria dos termos de troca, incrementando a transferência de tecnologia, possibilidade de industrialização e auto-sustentabilidade.

Hoje, tal como aquando das independências, a revolução das estruturas sócio-político-econômicas está por fazer, à qual acresce a necessidade da revolução das mentalidades (endo-neo-coloniais) que suportam a lógica neo-patrimonial de base e o seu modelo de governação e gestão.

Referências

- BAYART, Jean-François. *The State in Africa: the politics of the belly*. Londres: Longman, 1994.
- CHABL, Patrick & DALOZ, Jean-Pascal. *Africa works: disorder as political instrument*. Londres: James Currey, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Nova York: Simon & Schuster, 1996.
- MÉDARD, J. F. L'État néo-patrimonial en Afrique noire. In: Jean-François Médard (ed.). *États d'Afrique noire*. Paris: Karthala, pp. 323-53, 1991.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra*. Tomos I & II. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África descolonizada*. Lisboa; Luanda: Edições Pedagogo & Edições Mulemba, 2014.
- NORRIS, Pippa. *Strengthening Electoral Integrity*. Nova York: Cambridge University Press, 2017.
- NORRIS, Pippa & NAI, Alessandro (eds). *Election Watchdogs: Transparency, Accountability, & Integrity*. New York: Oxford University Press, 2017a.
- PITCHER, M. A. Varieties of residential capitalism in Africa: urban housing provision in Luanda and Nairobi. *African Affairs*, 116, n.º 464, pp. 365-90, 2017.
- PRZEWORSKI, A. et al. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RENO, W. *Warlord Politics and African States*. Londres: Lynne Rienner, 1998

VIDAL, N. International development strategies for the XXIst century and post-modern patrimonialism in Africa'— Angola and Mozambique. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61, n.º 1, p. e015, 2018.

VIDAL, N. The international institutionalisation of patrimonialism in Africa. The Case of Angola. In: VIDAL, Nuno & CHABAL, Patrick (eds.). *Southern Africa: Civil Society, Politics and Donor Strategies*. Bruxelas; Luanda; Lisboa: Firmamento, pp. 19-44, 2009.

VIDAL, N. The development of the Angolan political-administrative system from 1975 to the present. In: KYLE, Steve. *Lusophone Africa: intersections between social sciences*. Cornell: Cornell Institute for African Development, pp. 1-16, 2003.

YOUNG, Crawford. *The African colonial state in comparative perspective*. Londres: Yale University Press, 1994.

ZAGARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs* 76, pp. 22-43, 1997.